



Síntese e principais conclusões
das
VIII Jornadas Novos Paradigmas da Proteção Civil
Vale de Cambra (Portugal) | 11 de maio de 2018

Artur Fernandes Costa¹; José Canha²; Miguel Sousa³; Nuno Correia dos Santos⁴
Universidade Lusófona do Porto | URL: www.ulp.pt

1 – Apresentação

As **VIII Jornadas Novos Paradigmas da Proteção Civil** realizaram-se no dia 11 de maio de 2018, no Centro Cultural, em Macieira de Cambra – Vale de Cambra. Como projeto liderado pela Direção da Licenciatura em Engenharia de Proteção Civil da Universidade Lusófona do Porto, esta conferência técnica e científica nacional foi organizada em parceria com a Câmara Municipal de Vale de Cambra, na tradição mantida desde a primeira edição, de deslocalização por diferentes municípios e de aliança entre a Universidade Lusófona do Porto e o Poder Democrático Local.

O programa desenvolveu-se em torno do tema *“Incêndios Florestais de 2017: acontecimentos e aprendizagens”*, sendo organizado como se segue:

8h30 Abertura do secretariado

9h25 Abertura dos trabalhos

9h30 Painel 1: *OS ACONTECIMENTOS: Contribuições para a sua interpretação*

Moderação: José António Pereira - Rádio Televisão Portuguesa

João Guerreiro | Presidente / Comissão Técnica Independente

Duarte Caldeira | Presidente / Centro de Estudos e Intervenção em Proteção Civil

Domingos Xavier Viegas | Presidente / Centro de Estudos de Incêndios Florestais | ADAI

Debate

11h25 Cerimónia de assinatura de protocolos.

¹ Docente, Licenciatura em Engenharia de Proteção Civil, FCNET/ULP – p2440@ulp.pt.

² Estudante, Licenciatura em Engenharia de Proteção Civil, FCNET/ULP – josecanha1978@gmail.com.

³ Estudante, Licenciatura em Engenharia de Proteção Civil, FCNET/ULP – miguelpsousa95@gmail.com.

⁴ Docente, Licenciatura em Engenharia Civil, FCNET/ULP – p4939@ulp.pt.

11h30 MESA DE HONRA

José de Oliveira Ribeiro | Comandante Operacional Distrital do Centro Distrital de Operações de Socorro de Aveiro (em substituição do Secretário de Estado da Proteção Civil, José Artur Neves, impedido à última hora por obrigações oficiais)

José Pinheiro e Silva | Presidente da Câmara Municipal de Vale de Cambra

Joaquim Pais Barbosa | Vice Reitor da Universidade Lusófona do Porto

Natália Oliveira Pereira | Adjunta de Administração da Universidade Lusófona do Porto

12h30 Paragem para almoço | Servido no local

14h30 Reabertura

14h45 Painel 2: *AS APRENDIZAGENS Parte 1: Perspetivas para a prevenção.*

Moderação: Prof. Doutor Artur Fernandes Costa - Universidade Lusófona do Porto (em substituição do Prof. Doutor Hermínio Botelho, impedido à última hora por motivo de saúde)

A Prevenção à Escala da Paisagem para fazer frente aos Grandes Incêndios Florestais

Emanuel Oliveira | Técnico especializado na Defesa da Floresta Contra Incêndios (ausente por motivos familiares urgentes, conforme comunicou durante a manhã).

Gestão Florestal, os Incêndios e o Eucalipto

Miguel Monteiro Grillo | Chefe de Região Florestal Norte / Altri Florestal, S. A.

Debate

16h00 Painel 3: *AS APRENDIZAGENS Parte 2: Perspetivas para o teatro de operações.*

Moderação: Professor Doutor Xavier Romão | Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Teatro de operações: os meios e a organização do combate

António Ribeiro | CODIS Aveiro / Autoridade Nacional de Proteção Civil

GIPS: atribuições, formação e especialização para o combate de incêndios rurais

Carlos Moreira da Cunha | Comandante da 6.ª Companhia do GIPS / Guarda Nacional Republicana (em substituição do Comandante do GIPS, Marco Paulo Cura Marques, chamado durante a conferência para missão oficial).

Bombeiros: funções, formação e especialização

Luis Almeida Lopes | Vice Presidente / Liga de Bombeiros Portugueses

Debate

17h30 Encerramento dos trabalhos seguido de Verde de Honra.

Registaram-se 307 inscrições e cerca de 180 participantes efetivos, com uma proveniência geográfica que se alargou desde Melgaço a Loulé, passando por todos os distritos do continente e 96 municípios portugueses. Numa plateia mista, destacaram-se numerosos autarcas (câmaras municipais e juntas de freguesia), técnicos de serviços nacionais, regionais e locais, associações e várias empresas ligadas aos setores da Proteção Civil e das Florestas, professores, estudantes e um naipe alargado de outros interessados. Estiveram presentes representantes da maioria dos Agentes de Proteção Civil, incluindo comandantes e outros quadros de comando de algumas dezenas de corpos de bombeiros e de associações humanitárias do Norte, Centro e Sul do País.

A participação em todos os momentos da conferência, desde as sessões em sala, aos cafés, almoço e Verde de Honra servidos no local, seguiu a tradição de ser totalmente gratuita para todos os participantes, num esforço financeiro assumido principalmente pela Câmara Municipal de Vale de Cambra, mas também partilhado com a empresa patrocinadora REDIFOGO - Material de Protecção e Segurança, Lda. e a Universidade Lusófona do Porto.

Para além dos citados, a conferência foi ainda apoiada institucionalmente pelas seguintes entidades e organizações:

- Associação Florestal Entre Douro e Tâmega
- Associação Florestal Entre Douro e Vouga
- Associação Nacional de Municípios Portugueses
- Associação Nacional dos Alistados das Forças Sanitárias
- Associação Portuguesa de Segurança
- Associação Rede Scientiae
- Caves da Montanha – A. Henriques, SA.
- Centro de Estudos e Intervenção em Protecção Civil
- CICCOPN - Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Norte
- Cofac – Cooperativa de Formação e Animação Cultural C.R.L.
- DREAMS - Centre for Interdisciplinary Development and Research on Environment, Applied Management & Space
- Faculdade de Ciências Naturais, Engenharias e Tecnologias | ULP
- Federação de Bombeiros do Distrito de Coimbra
- Federação Nacional das Associações de Proprietários Florestais
- GIFF - Gestão Integrada de Fogos Florestais S.A.
- Liga dos Bombeiros Portugueses
- Mestrado em Protecção Civil | ULP
- Município de Vale de Cambra
- OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos
- RAGROUP - Civil Protection and Risk Analysis Group Portugal | ULP

A Comissão Organizadora foi presidida pelo Professor Doutor Artur Fernandes Costa, integrando estudantes e docentes da Universidade Lusófona do Porto e colaboradores da Câmara Municipal de Vale de Cambra: Cândida Manuel, Carlos Hermenegildo, Hernâni Carvalho, Jorge Eiras Pereira, José Canha, José Carmo, José Pinheiro, Miguel Machado, Miguel Sousa, Mónica Santos, Nuno Correia dos Santos e Pedro Garcia por parte da Universidade Lusófona do Porto, e Ana Margarida Henriques, Helena Bastos, José Pinheiro e Vera Silva, da Câmara Municipal de Vale de Cambra.

2 – Síntese dos trabalhos

A sessão iniciou-se no horário previsto, com uma breve alocução do Presidente da Comissão Organizadora. Este saudou os presentes, agradeceu a organizadores, palestrantes, moderadores e demais participantes e fez um breve histórico e enquadramento justificativo do tema central da conferência. Destacou a dimensão dos incêndios florestais de 2017 e as suas consequências trágicas em termos humanos, económicos e sociais e deu por abertos os trabalhos, em nome da Reitora da Universidade Lusófona do Porto e do Presidente da Câmara Municipal de Vale de Cambra.

Seguiu-se o primeiro painel, intitulado “OS ACONTECIMENTOS: Contribuições para a sua interpretação”, em que foram oradores convidados Professor Doutor João Guerreiro, Dr. Duarte Caldeira e Professor Doutor Domingos Xavier Viegas, investigadores reputados sobre a matéria, primeiros autores e presidentes das entidades que os relatórios sobre os grandes incêndios florestais de 2017, ocorridos em Portugal (junho e outubro). Os trabalhos foram presididos pelo Dr. José António Pereira, jornalista da Rádio Televisão Portuguesa, que tinha acompanhado aqueles incêndios, em reportagem nos locais. O modelo adotado baseou-se numa intervenção inicial de 20 minutos (segundo a ordem do oradores acima) a que se seguiu um período de debate, no final. Este foi também o modelo seguido nos painéis seguintes.

De acordo com João Pinto Guerreiro, o número das ocorrências de incêndios florestais no nosso país tem vindo a diminuir nos últimos anos, embora a intensidade e a gravidade dos que saem do controlo inicial é crescente. Adianta que “é inadmissível num país civilizado termos 120 mortos provocados por incêndios florestais” e que 50% da área ardida no Sul da Europa tenha acontecido em Portugal. João Guerreiro afirmou ainda que os incêndios de 2017 foram classificados como extremos, facto algo justificado pela progressiva alteração climática que o nosso país tem sofrido na última década, sendo isto um fator de agravamento deste tipo de ocorrências.

João Guerreiro passou de seguida à síntese das principais conclusões do relatório da Comissão Técnica Independente sobre os incêndios de Pedrógão Grande, do seguinte modo:

A - SISTEMA

- Integração da prevenção e do combate aos incêndios florestais.
- Melhor articulação entre os diferentes agentes: porque o problema das “quintas” é uma realidade em Portugal e os organismos dependem de vários ministérios, o que torna difícil a sua articulação.
- Estabilidade institucional: a população tem que olhar a proteção civil como capaz de garantir a segurança das pessoas e bens, para o que não contribui o que vem acontecendo sucessivamente, especialmente com as sucessivas demissões e aparente desorganização dos últimos tempos.

- Avaliação e monitorização do sistema e dos seus agentes, não só para responsabilizar, mas também de melhorar todo o sistema; reconhece que esse “não é um hábito português”.

B - CONHECIMENTO

- Promoção de investigação científica, reforçando a importância das instituições de ensino superior e de investigação científica nacionais.
- Incorporação de conhecimento nos diversos componentes do sistema: neste momento há uma dificuldade em transmitir esse conhecimento e aplicá-lo, nomeadamente nas operações de combate (peritos em meteorologia, comportamento do fogo, etc.), e o conhecimento dos diversos agentes e instituições vai “estagnando”.

C - RECURSO HUMANOS

- Definição de perfis profissionais ajustados a cada uma das funções, notando que há carência de pessoal devidamente habilitado; por exemplo, muitos bombeiros não têm, sequer, o ensino obrigatório feito.
- Criação de carreiras.
- Dinamização de formações e aprofundamento de conhecimentos e competências.

D - ORDENAMENTO E GESTÃO

- Conceber novos modelos de ordenamento florestal, matéria onde o ICNF deve ter um papel importante na fomentação de medidas dinamizadoras para zonas baixamente despovoadas, garantindo, ao mesmo tempo, que esses modelos tenham viabilidade económica para as populações.

E - GESTÃO DE OPERAÇÕES DE COMBATE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

- Valorização do Posto de Comando (a nova alteração do SGO vem neste sentido), para evitar o que conclui o relatório da ANPC relativamente aos incêndios de Pedrogão, de que houve indefinições no estabelecimento do Posto de Comando e que isso veio a contribuir negativamente para o desenrolar das operações.

F - POPULAÇÃO

- Destaque para a importância das Câmaras Municipais e das Juntas de Freguesia em envolver a sociedade neste problema e ter alguém capaz de orientar e liderar as populações na reação a fenómenos como estes.
- Necessidade de associar mais as populações às atividades de Proteção Civil.

G - AUTARQUIAS LOCAIS

- Têm um papel de governança importante na articulação com as diversas entidades; é necessário “despir as camisolas” (os bombeiros, a proteção civil, o ICNF, ...) e fazer convergir todos para um objetivo comum.

Sobre os incêndios de outubro, o perito reforça o essencial do antes referido, afirmando que há capacidade em Portugal para conseguir antecipar esses fenómenos até 7 dias, tendo o IPMA um papel fundamental. No dia 15 de outubro foram feitos vários avisos à população de risco de incêndio, mas a informação que iria chover veio contribuir para que as populações aliviassem as precauções com o uso do fogo. Reforça a necessidade da aposta na gestão de combustíveis e no investimento na produção de conhecimento. Afirma que a AGIF tem por missão coordenar e injetar conhecimento no sistema e articular os pilares da prevenção, da fiscalização e do combate), que o problema dos incêndios florestais decorre muito do despovoamento progressivo e da migração de atividades económicas do interior para o litoral, que arrastam as populações.

Por fim, João Pinto Guerreiro retomou o tema do ordenamento florestal, destacando que ele é fundamental para uma maior e melhor prevenção dos incêndios florestais e que funciona como um grande aliado nas próprias operações de combate. Na sua conclusão, refere também a importância das populações e do seu envolvimento, a importância da sua autoproteção e os comportamentos de risco.

Seguiu-se uma intervenção do Dr. Duarte Nuno Caldeira, Presidente do Centro de Estudos e Intervenção em Proteção Civil, que começou por afirmar que os acontecimentos de junho e de outubro de 2017 ficarão registados na história, sem sombra de dúvidas.

Duarte Caldeira alia a pressão mediática pós incêndios florestais de 2017 com as decisões tomadas pelas entidades políticas e afirma que os relatórios produzidos pela Comissão Técnica Independente sobre os incêndios de 2017 viram algumas das suas conclusões "deturpadas" ou serem utilizadas como justificação para decisões políticas difíceis sem serem submetidas a uma discussão e um escrutínio público, que considera fundamentais.

Duarte Caldeira considera fundamental para o aperfeiçoamento do sistema de combate adotar um "sistema de lições aprendidas", tendo em atenção a avaliação do que ocorreu, as suas causas e as suas consequências, tendo em vista a proposta e tomada de decisões num processo devidamente compreendido e fundamentado. Reconhece que tal modelo não é bem visto em Portugal, mas que, acima de tudo, quem falha mais neste problema são as entidades políticas.

Faz uma síntese do que falhou:

- O modelo de desenvolvimento do país;
- O ordenamento do território;
- A gestão do risco no espaço rural;
- A proteção das pessoas e bens;
- A consciência coletiva de autoproteção.

Duarte Caldeira referiu ser importante cultivar uma cultura de segurança na sociedade portuguesa, não só em matéria de autoproteção, mas também sobre a perceção do risco,

com vista a diminuir os comportamentos de risco. Há necessidade pedagógica neste âmbito.

Na opinião de Duarte Caldeira, “urge definir um caminho” e, para isso, propõe a criação de uma estrutura de missão com o objetivo principal de definir uma estratégia de reestruturação da atividade da proteção civil. Não compreende que esteja a mudar constantemente o Comandante Nacional da ANPC e que não haja disponibilidade nem humildade para se parar e se fazer a seguinte pergunta: “Qual é o caminho que todos vamos percorrer, durante quanto tempo, através de que instrumentos?”. Esta reflexão, afirma, não está feita.

A par de tudo isto, Duarte Caldeira considera ainda fundamental estabelecer um modelo de gestão de combustível a nível nacional bem como apostar na avaliação do perigo de incêndio, prevendo episódios de incêndios florestais de grande magnitude. E pegando nisto, Duarte Caldeira avança que “o cerne do problema encontra-se na componente do ordenamento de território no interior”, causado, entre outras coisas, pelo despovoamento das zonas rurais, a migração das atividades económicas para zonas litorais e pela inação e fraqueza das entidades locais. Tudo isto resulta na diminuição da área florestal portuguesa em relação à dos restantes países do Mediterrâneo.

Conclui, reafirmando que é necessário “observar, analisar, propor e decidir”.

O terceiro interveniente foi o Professor Doutor Domingos Xavier Viegas, presidente da ADAI e coordenador do seu Centro de Estudos de Incêndios Florestais e dos estudos e do relatório que aquela unidade de investigação concluiu sobre os grandes incêndios florestais de 2017. Começou por sublinhar o nome da conferência, “Novos Paradigmas da Proteção Civil”, por considerar que se está, verdadeiramente, numa encruzilhada nesta matéria.

Segundo Xavier Viegas, os últimos incêndios de 2017 foram muito influenciados por fenómenos meteorológicos adversos, como a tempestade Ophelia, que potenciaram a magnitude e o poder destruidor dos incêndios ocorridos, tendo apontando este como uma amostra das conhecidas mudanças climáticas a que se tem assistido nas últimas décadas. “O índice diário de incêndio florestal (FWI) no 15 de outubro bateu todos os recordes que há registo”, acrescentou.

Sobre o incêndio de Pedrogão Grande, diz:

- Estamos à mercê do clima.
- O incêndio de Pedrogão foi na realidade um conjunto de incêndios com manifestações extremas, havendo uma dispersão de meios.
- O incêndio de Pedrogão foi o que teve maiores consequências e foi originado em dois focos de incêndio, chegando à conclusão que ambos estavam relacionados

com uma linha elétrica aérea e não estando de acordo com a Polícia Judiciária, que determina a causa em descargas de trovoadas.

- O segundo foco de incêndio no incêndio de Pedrogão foi ignorado pelo Comando, que o considerou como foco independente mas não o tratou como tal, por falta de meios.
- Comprovou-se que, nas habitações mais destruídas pelo fogo, as faixas envolventes não estavam limpas ou só o estavam parcialmente, sublinhando também a falta de organização das comunidades.

Em termos de problemas detetados, Xavier Viegas considera que um dos pilares que deveria ser fundamental na prevenção e no combate aos incêndios está neste momento “em falência”, “o ICNF está coxo”. Para Xavier Viegas, este instituto tem perdido força ao longo dos últimos anos com as sucessivas alterações por que tem passado. Dá o exemplo da perda dos guardas florestais, do sistema de vigilância e deteção de incêndio e dos próprios sapadores florestais.

Reconhecendo a importância destes últimos na prevenção dos incêndios florestais, questiona a formação, as missões e a metodologia de trabalho que têm. O mesmo aplica aos Gabinetes Técnicos Florestais (GTF), considerando que estes pouco estão a fazer. Acrescenta que, apesar da existência desses gabinetes, mesmo assim existem municípios sem Plano de Defesa da Floresta contra Incêndios.

Xavier Viegas considera também que não é correta a gestão dos combustíveis que é praticada em Portugal, alegando existir um total “desconhecimento e descoordenação” das entidades envolvidas. Aqui relembrou o Grupo de Análise e Uso de Fogo (GAUF), elemento que considerava fundamental neste âmbito e cujas equipas foram extintas pelo ICNF.

Reconhecendo que algumas medidas estão a ser tomadas e são positivas, por exemplo, que a campanha de limpeza em torno das habitações está a decorrer com resultados visíveis, o orador reafirma e acrescenta novas questões:

- O ICNF tem vindo a deixar cair tudo aquilo que lhe cabe nas mãos, é a instituição que já teve 5 responsáveis diferentes nestes anos, passou a vigilância e deteção para a GNR, deixou cair os GAUF e a gestão de combustíveis foi passada para as câmaras municipais. Muito pouco está a ser feito e sem tutela adequada em vários casos, diz.
- Os Sapadores Florestais são uma força importante que o ICNF tem a seu cargo e podiam estar de uma forma capilar pelo território. O que se está a fazer com esta força, que formação, que equipamento e que treino lhe está a ser dado para que se conte com ela na prevenção e combate aos incêndios florestais?
- Os Gabinetes Técnicos Florestais, que foram criados nas câmaras municipais e que estão tutelados pelo ICNF, que lhes pagam os salários, o que estão a fazer? Fala-se

em trazer conhecimento para o sistema mas, onde está o conhecimento que estes técnicos têm e o que se tem feito ao longo destes anos para os agregar e para trabalharem como sendo uma força que está no terreno, muito pouco se refere.

- Os Planos Municipais da Defesa da Floresta: o ICNF aprova os planos, mas encontramos municípios que não os fazem ou que não os têm em condições de serem aprovados. E que faz o ICNF? Burocraticamente, rejeita o plano, mas permite que haja municípios sem planos.
- As campanhas de sensibilização, o que nós vemos a ser feito?
- Gestão de combustíveis: a campanha de limpeza em tornos das habitações, significativamente, foi o MAI que a promoveu.
- O Fundo Florestal Permanente ...
- A pretexto das indicações do relatório da Comissão Técnica Independente, cria-se uma unidade de missão e houve uma série de medidas legislativas. Mas, em 2003, aconteceu uma coisa semelhante: na altura criou-se a API; agora criou-se a AGIF, diz.

Sobre a Autoridade Nacional de Proteção Civil, acrescenta:

- Por onde vai a ANPC? Em 2017 deu imensos “tiros nos pés” e, infelizmente, as coisas continuam.
- A relação com os Bombeiros não está bem.
- A inexistência dos meios aéreos não nos deixa descansados.
- A demissão do CONAC há poucos dias, também não.
- Sente indignação, perguntando: “Que país é o nosso, onde questões sérias são tratadas como brincadeiras de crianças, que quem grita mais alto é que tem razão?” Onde está a liderança, onde está o bom senso?

Deixa ainda várias perguntas em relação à Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais:

- A AGIF começou por ser a unidade de missão para os incêndios florestais, mas passado algum tempo foi criada a comissão instaladora da AGIF.
- Que ideia é esta que a AGIF vem trazer de especialização do combate? Bombeiros florestais e bombeiros urbanos? Isso não se aplica de modo algum ao nosso país.
- Vinda de técnicos estrangeiros a Portugal, quando cá há imenso conhecimento em todas as áreas?
- Esta entidade vai-se incorporar no ICNF com que sentido? O ICNF está a trabalhar mal e cria-se uma entidade para se incorporar no ICNF, para dar o mesmo resultado?

Para Xavier Viegas, é necessário realizar-se uma constante avaliação dos incêndios em Portugal e acompanhar a perceção social que existe perante tais acontecimentos. Considera que o número de ocorrências é excessivo - “estamos nas 20 a 30 mil

ocorrências ano tendo havido uma tendência de redução, mas não é suficiente” - e que o sistema “se esgota” por si próprio tendo tantas ocorrências para responder.

Por último, Xavier Viegas considera que o Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SNDFCI) está enfraquecido, não só pelos pilares ICNF e ANPC, mas também considera que a população assume neste sistema um papel importantíssimo e que sem este “quarto pilar”, o sistema pode ficar algo comprometido. Termina dizendo que gostava de ser mais otimista neste momento sobretudo a dias de começar um novo “período dos incêndios”.

Segui-se um período de debate que o presidente da mesa, o jornalista José António Pereira, acabou por lançar, com questões que se continuaram pela plateia e respostas que foram incidir essencialmente nos pontos já abordados nas próprias intervenções. Contudo, mais alguns elementos de reflexão foram deixados:

João Guerreiro entende que as medidas já adotadas vão no sentido positivo e vão trazer melhorias no futuro, com impacto positivo no âmbito da prevenção e combate.

Duarte Caldeira precisa alguns pontos do seu pensamento, salientando as falhas no Posto de Comando e a centralização da decisão e a burocracia que entope processos e que, na fase operacional, funciona como bloqueio ao desenvolvimento das operações. Acrescenta que gostaria de ver este assunto, da centralização das decisões, mais espelhada na auditoria interna à ANPC.

Xavier Viegas concorda que há hábitos (da sociedade) que se estão a mudar. Mas, questionado sobre os impactes ambientais dos incêndios e a discussão centrada no eucalipto, diz que a questão é mais de fundo, resultando de dezenas de anos em que o interior foi votado ao abandono, por más políticas de governação, e que o Ministério da Agricultura ter estado “omisso” em matéria de ordenamento, ao longo de todo esse tempo.

Da plateia, Manuel Velloso, presidente da ANAFS, questionou a falta de cadeia de comando e de uma unidade de doutrina na ANPC, ao contrário do que acontece nas Forças de Segurança.

Após este período, procedeu-se a uma paragem para café, sendo os trabalhos retomados para uma cerimónia de assinatura de dois documentos:

- Acordo de Cooperação que corporizou a parceria geradora da conferência, entre a Câmara Municipal de Vale de Cambra e a Universidade Lusófona do Porto.
- Protocolo de Cooperação Interinstitucional entre a Universidade Lusófona do Porto e a Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial (ADAI) e o seu Centro de Investigação de Incêndios Florestais (CEIF), unidade de investigação da Universidade de Coimbra, protocolo que, entre outros, estabelece

princípios de cooperação em domínios de investigação e desenvolvimento científico com vista à partilha de recursos técnicos e humanos, desenvolvimento de projetos comuns e de trabalhos académicos ou de investigação de estudantes ou docentes provenientes da ULP, especialmente da sua Licenciatura em Engenharia de Proteção Civil e do seu Mestrado em Proteção Civil.

No seguimento imediato, constitui-se a Mesa de Honra da Conferência, composta por José de Oliveira Ribeiro, CODIS de Aveiro, José Pinheiro e Silva, Presidente da Câmara Municipal de Vale de Cambra, Joaquim Pais Barbosa, Vice-reitor da Universidade Lusófona do Porto, e Natália Oliveira Pereira, Adjunta de Administração da Universidade Lusófona do Porto, intervindo cada um pela ordem inversa da que acima se deixou.

A Doutora Natália Pereira enalteceu a iniciativa, sublinhando a sua importância como manifestação de uma área de conhecimento em que a Universidade Lusófona do Porto tem sido pioneira e a relevância da ligação a mais uma autarquia, agradecendo também à Câmara Municipal de Vale de Cambra, na figura do seu presidente, as condições excecionais reunidas.

O Professor Joaquim Pais Barbosa reforçou as palavras anteriores sobre a conferência, na perspetiva da sua componente científica, de debate e de disseminação de conhecimento, pedras angulares para o projeto da Universidade. Salientando a atualidade extrema do tema central da conferência, afirmou que, apesar dos largos investimentos suportados pelo Estado em matéria de combate, é a prevenção que deve merecer a maior atenção.

Juntou às consequências dos incêndios florestais a sua preocupação perante os impactes ambientais enormes que, para além dos efeitos devastadores nos ecossistemas naturais, elevam substancialmente os prejuízos diretos estimados ao adicionarem perdas na paisagem e no turismo rural, que levam anos a recuperar.

Para uma efetiva mitigação do fenómeno incêndios florestais, defendeu “a coordenação integradora e colaborativa de todos os intervenientes, a prevenção centrada no planeamento e ordenamento da floresta e das atividades socioeconómicas, o cadastro, a utilização de tecnologias, ... e o conhecimento ancorado numa visão transversal e multidisciplinar, alicerçado na investigação e na inovação”.

Concluiu, salientando que “a Universidade Lusófona do Porto tem vindo a distinguir-se e a desenvolver um novo pensamento (*think out of the box*) no seu projeto, na área da proteção civil, manifestado na atividade contínua de ensino (1º ciclo de Engenharia de Proteção Civil, 2º Ciclo de Proteção Civil), formação (diversas pós-graduações), prestação de serviços, divulgação técnica e científica, intervenção social e cooperação com as mais diversas entidades e as instituições”.

O Presidente José Pinheiro e Silva saudou todos os presentes e deu-lhes as boas vindas “ao Berço Nacional dos Lacticínios, à Capital do Aço Inoxidável e a este nosso Vale Mágico.” Agradeceu o desafio da Universidade Lusófona do Porto para a realização da conferência em Vale de Cambra, confessando que desde a primeira hora tinha assumido que o iria aceitar pela pertinência dos temas a abordar.

Considerando que todos os anos se repetem “os elogios e os discursos acerca da importância da Floresta em Portugal e se discutem as melhores estratégias para a sua salvaguarda”, é com “desalento” que verifica que “a escassez ou ausência de medidas concretas e concertadas entre os diferentes agentes da sociedade, no que respeita à Política Florestal, se constitui como um dos, senão o principal, fatores para a fragilidade e vulnerabilidade do Ordenamento das Florestas”. Conclui que “não podemos esquecer a tragédia que assolou o nosso país no ano passado e que não se pode voltar a repetir, sob nenhuma condição ou exceção”.

No seguimento da sua intervenção, recordou os graves incêndios que assolaram também o seu município em 2016 (onde arderam 34% da área florestal do concelho) e menos em 2017, mas sempre com avultados prejuízos materiais e sociais, embora sem perda de vidas humanas. De seguida, caracterizou sumariamente o Concelho de Vale de Cambra e fez um breve enquadramento da ação autárquica no contexto dos assuntos em debate: a autarquia priorizou nos orçamentos camarários, ao longo dos últimos anos, verbas destinadas à implementação de estratégias de defesa da floresta contra incêndios, em consonância com o previsto no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, destacando-se os investimentos na rede viária florestal (71 km), faixas de gestão de combustível (87 ha), pontos de água (cobertura total do território municipal) e recursos humanos (reforço das equipas de sapadores florestais e criação de uma equipa de intervenção permanente na AHBV de Vale de Cambra).

Crítico em relação à decisão do governo central de transferir para as câmaras a gestão florestal da propriedade privada, feita tardiamente e sem meios ou envelope financeiro associado, destacou ainda os critérios “pouco claros e de difícil perceção” do Decreto-lei n.º 10/2018, “criando um ónus sobre a propriedade, reduzindo a sua já baixa rentabilidade, levando com estas medidas a um progressivo abandono da propriedade e um crescente movimento de litoralização da população”. Defendeu uma necessidade de revisão daquele diploma.

Sublinhou o imperativo do esclarecimento e do envolvimento dos cidadãos, a perspetiva de a floresta ter que ser encarada como um ativo económico rentável e a necessidade de se pensar numa estratégia para 20 ou 30 anos. Agradecendo aos BV de Vale de Cambra pelo que têm dado ao município, saudou todos “os bombeiros como a verdadeira ancora que sempre foram no socorro de pessoas mas também no pronto combate aos fogos florestais”.

A última intervenção foi do Comandante de Operações Distrital do Centro de Operações de Socorro de Aveiro, José Ribeiro, que havia sido nomeado na véspera para substituir a Secretário de Estado da Proteção Civil, José Artur Neves, por este se ter visto impedido de participar à última hora, devido a obrigações oficiais urgentes. Agradeceu o convite efetuado pelas entidades organizadoras, saudou os presentes e resumiu o papel dos Comandos Distritais na prevenção e combate dos incêndios florestais. Não se alongou mais na sua intervenção visto ser, ele próprio, orador do Painel 3, durante a tarde.

Encerrada a Mesa de Honra, interromperam-se os trabalhos para almoço, às 12h45.

A sessão da tarde foi retomada às 14h30 com o Painel 2, intitulado “AS APRENDIZAGENS Parte 1: Perspetivas para a prevenção”, com a moderação do Prof. Artur Costa, presidente da Comissão Organizadora e Diretor da Licenciatura em Engenharia de Proteção Civil, devido a impedimento, surgido e comunicado na véspera, do presidente da mesa previsto, Prof. Doutor Hermínio Botelho, professor emérito da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. O Painel teve outro contratempo, resultante da informação recebida ao fim da manhã do próprio dia 11, de impedimento idêntico e totalmente imprevisto do orador Emanuel Oliveira. O painel decorreu assim com um único orador que agradeceu a extensão de tempo que foi concedida para a sua intervenção, considerando-a “bem oportuna”.

Depois de uma intervenção do presidente da mesa que justificou a sugestão do título da comunicação e o convite ao seu autor com a necessidade de fazer contraditório num período em que se diabolizam certas espécies florestais, o Eng.º Miguel Monteiro Grillo, chefe de Região Florestal Norte da empresa Altri Florestal, S. A., apresentou a comunicação intitulada “Gestão Florestal, os Incêndios e o Eucalipto”.

Para Miguel Grillo, a filosofia tem de ser alterada e a floresta encarada como algo que pode ser rentabilizado, seguindo a ideia de que “o prejuízo é proporcional à área ardida” e insistindo que o que mais arde em Portugal são matos e não povoamentos florestais, matos esses que, em muitos dos casos, resultam de uma falta de controlo e de limpeza dos proprietários.

Visto que a floresta é um ativo económico passível de ser rentabilizado, é necessário investir em medidas diretas de minimização dos incêndios e, para isso, a sua empresa investe na silvicultura preventiva e na vigilância ativa. A silvicultura preventiva é, segundo o orador “o método mais eficaz para prevenir incêndios e o mais seguro para o combate”.

Miguel Grillo, considera também que os modelos de gestão de combustível são uma peça “vital” no desenvolvimento de um incêndio e que influenciam diretamente o seu potencial e dimensão.

Na sua empresa o objetivo de gestão é manter as áreas ardidas anuais abaixo dos 0,5 % da área total explorada, a que corresponde um prejuízo direto médio de 3,30 euros/ha para a totalidade do património. Estes valores de perda, bem abaixo das médias nacionais, não perturbam a gestão do negócio da empresa e, para os conseguir, a atuação desenvolve-se em duas linhas estratégicas:

- Investimento na silvicultura preventiva e no seu património florestal. Este investimento ronda os 30 euros/ha ano, totalizando anualmente um valor de 2 milhões de euros, e representa cerca de 69 % do investimento total da empresa em matéria de incêndios florestais.
- Investimento menor (31 %) também na componente deteção e combate, com a participação na AFOCELCA, a qual possui meios que garantem o socorro nas propriedades do consórcio em todo o território nacional. Este investimento ronda os 900 mil euros ano, ou 13,85 euros/ha por ano.

Miguel Grillo avançou que esta filosofia não é seguida pelo ICNF e coloca em questão se o Estado também não poderia fazer o mesmo que a sua empresa, o que contribuiria não só para a diminuição nos custos no combate aos incêndios florestais, mas também seria uma importante fonte de rendimento.

Por último, Miguel Grillo, tocando no “bode expiatório” dos incêndios, o eucalipto, considera que “o problema não está na espécie mas na falta de uma gestão ativa”.

Questionado já no período de debate sobre a replicabilidade do modelo da sua empresa na escala do país, o orador respondeu que o minifúndio é o principal fator limitativo e que a solução passa pelo associativismo de produtores florestais.

O debate foi rico de intervenções, as quais se focaram (i) no facto da prevenção e do combate funcionarem como fatores independentes um do outro e (ii) se não seria possível os bombeiros e demais agentes serem dispensados das operações de rescaldo para ficarem libertos mais cedo e disponíveis para novas atuações, deixando tal missão ao cuidado de sapadores florestais e forças armadas.

Uma outra questão abordou o quadro legislativo aprovado recentemente, sobre o afastamento entre copas de árvores e ao compasso das plantações de certas espécies, concluindo-se que as medidas preconizadas, para além de potenciarem o desenvolvimento de combustíveis finos ao nível do solo, “por onde sempre se iniciam os incêndios”, irá provavelmente colocar em causa a própria viabilidade económica da exploração florestal de tais espécies.

Concluído este painel, passou-se de imediato ao Painel 3, intitulado “AS APRENDIZAGENS Parte 2: Perspetivas para o teatro de operações”. A mesa foi presidida pelo Professor Doutor Xavier Romão, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

O primeiro orador, CODIS de Aveiro, António Ribeiro, iniciou a sua apresentação intitulada “Teatro de operações: os meios e a organização do combate” começando por admitir que a organização do sistema de socorro “passou a não dar resposta” perante os incêndios de 2017.

Na sua intervenção, o Cmdt. António Ribeiro explicou o funcionamento do novo Sistema de Gestão de Operações (SGO), comparando-o com a solução anterior e destacando:

- A passagem de 4 para 6 fases deste sistema.
- A implementação de um coordenador de posto de comando.
- A entrada em cena dos comandantes de frente em incêndios de grande dimensão e das estruturas municipais de proteção civil, alocando o comando município a município no caso de uma ocorrência supramunicipal.
- A intenção de melhorar e aprimorar as comunicações com os órgãos de comunicação social.

Questionado, já no período de debate no final, se as alterações do SGO estavam devidamente treinadas, referiu a informação e formação que estava a ser dada a todos os operacionais mas não pôde confirmar que havia treino efetivo para testar o modelo, por falta de tempo e meios.

Um assunto que ficou por discutir prende-se com o seguinte: se fará sentido reformular o SGO e o seu funcionamento antes das conclusões do relatório interno da ANPC sobre o funcionamento deste e se não deveria ser corrigido só após detetado o que está mal.

Segui-se a intervenção intitulada “GIPS: atribuições, formação e especialização para o combate de incêndios rurais”, realizada por Carlos Moreira da Cunha, Comandante da 6.ª Companhia do GIPS, da Guarda Nacional Republicana. Como dito acima, o Capitão Carlos Cunha substituiu o Comandante do GIPS, Major Marco Paulo Cura Marques, que foi chamado de urgência, durante a conferência, para missão oficial.

Carlos Cunha apresentou as valências do GIPS da GNR, demonstrando que estão previstas novas funções, nomeadamente, o uso do fogo, seja fogo controlado, fogo de supressão ou fogo tático. Sublinhou a importância de cumprimento da atuação no intervalo de tempo determinado, de 90 minutos, que pode, segundo a sua opinião, “determinar o rumo e a extensão do incêndio”.

Carlos Cunha sublinhou também o destacamento de forças do GIPS para o ataque ampliado, anunciando que estes grupos de ataque deverão incluir viaturas pesadas de suporte ao combate, apoio de máquinas de rasto e grupos de análise do fogo, chamando ainda a atenção para o facto de os GIPS serem um órgão de polícia criminal, “qualidade que poderá criar a diferença em algumas situações”, diz.

Por último, a sua intervenção evidenciou a confusão e a indefinição do papel do GIPS no DECIR 2018, em Maio, a dias do início da fase mais grave do mesmo.

Questionado, no final, se os GIPS manteriam a sua capacidade de resposta em situações de ocorrência simultânea de um grande número de ocorrências, disse que, obviamente, essa capacidade era finita e que teriam dificuldades em responder nos tempos previstos, nesses casos.

A última intervenção coube a Luis Almeida Lopes, Comandante dos BV de Leiria e Vice-presidente da Liga de Bombeiros Portugueses, com o título “Bombeiros: funções, formação e especialização”.

O orador aponta que os bombeiros têm sido alvo de desinvestimento a todos os níveis, nos últimos anos. Refere ainda que as recentes alterações no SGO “mudaram só o nome às coisas, mas o sistema é exatamente o mesmo”. O Dr. Luís Almeida Lopes reconhece também algumas fragilidades na formação dos quadros de comando dos corpos de bombeiros e também do quadro ativo destes.

O Vice-presidente da LBP afirma também que os comandantes dos corpos de bombeiros sentem dificuldades na gestão de certas operações visto existir falta de informação nos Postos de Comando Operacional (PCO) relativa, nomeadamente, a aspetos meteorológicas, modelos de combustíveis e histórico de áreas áridas.

Luís Almeida Lopes refere ainda que a retirada de especializações e de funções tem penalizado os bombeiros.

No debate foi-lhe colocada a questão da eficácia dos rescaldos, a propósito da publicação recente de um estudo internacional sobre o caso português que assinalava os reacendimentos como uma das principais causas de incêndios florestais que se poderia evitar. A resposta foi taxativa, de reconhecimento de alguma falta de preparação efetiva dos bombeiros nessa matéria, aliada à pressa e urgência em atuarem noutros teatros de operações devido ao elevado número de ocorrências quase em simultâneo, que não podem ficar sem resposta. Considerou, contudo, necessário aprofundar a formação e o treino dos bombeiros nessa matéria.

Entretanto, questionou-se da plateia que não deveriam ser os bombeiros a ficar responsáveis por operações de rescaldo e sobretudo da vigilância posterior, sempre indispensável e duradoura, podendo isso ser perfeitamente assegurado pelos sapadores florestais e o exército, juntando-lhe ainda meios próprios dos municípios.

Concluído este último painel, o presidente da Comissão Organizadora fez um breve resumo e deu por encerrados os trabalhos, convidando para o “Verde de Honra”, uma cortesia da Câmara Municipal de Vale de Cambra a que muitos aderiram, apesar das

distâncias ainda a apercorrer até às suas residências, encerrando-se em pleno convívio as Jornadas Novos Paradigmas da Proteção Civil de 2018.

3 – Conclusões

As principais conclusões desta conferência podem inferir-se das várias intervenções dos oradores e do público durante os três painéis. Aqui, faz-se um esforço de alinhamento das ideias principais e mais consensuais, incluindo-se também algumas contribuições que nos chegaram de alguns participantes a quem, no dia seguinte, dirigimos o repto para nos resumirem uma ideia ou conclusão que considerassem mais pertinente.

Assim, pode fixar-se:

- A natureza catastrófica e a inusitada violência dos grandes incêndios florestais ocorridos em 2017. Ainda, as grandes diferenças entre o complexo de incêndios de Pedrógão Grande e os de 15 de outubro.
- A enorme gravidade das consequências destes incêndios, com perda de vidas humanas e bens materiais sem par na História de Portugal, traduzida por numa dor sem limites sofrida por muitas famílias e regiões e por prejuízos extraordinários a que o Estado não consegue acorrer plenamente. Também as enormes e não devidamente avaliadas consequências ambientais e os impactes daí resultantes para a vida social e económica das regiões afetadas.
- As razões para tais acontecimentos, a que não são alheias as condições climáticas extremas vividas nesse ano e a sua contextualização no âmbito das grandes Alterações Climáticas a que assistimos, que potenciam a repetição de situações análogas ou mais graves, no futuro.
- A insuficiência dos meios disponíveis em face de incêndios como os ocorridos em outubro e as fragilidades (com prática falência) evidenciadas pelas componentes organizacional e operacional do Sistema de Proteção Civil na sua ação de resposta em ambiente de crise extrema, em todos os seus níveis.
- O imperativo de se apostar em políticas de longo prazo, de ordenamento e de valorização do território, que contribuam para o aumento da resiliência do espaço rural face ao risco de incêndio, com especial atenção para a floresta, atendendo ainda ao tipo povoamento humano e à natureza da própria propriedade.
- O imperativo de se adotarem políticas eficazes para transformar a floresta num ativo rentável, sobretudo para os pequenos proprietários florestais, seja pelo reforço do associativismo, seja pelo investimento direto do Estado na valorização das atividades rurais, remunerando um serviço público que é, afinal, prestado pelas populações rurais ao País e que se traduz na preservação do bem que é coletivo e que é a Natureza.

- O reconhecimento de que o problema dos incêndios florestais decorre muito do despovoamento progressivo das zonas rurais e da migração de atividades económicas do interior para o litoral, que arrastam as populações consigo.
- A responsabilidade do Estado perante o desinvestimento na prevenção e a passagem de responsabilidades para terceiros (municípios, nomeadamente) sem meios adequados, abdicando de um sistema de tutela efetiva. A falta de uma política florestal de médio/longo prazo.
- A conclusão de que é possível definir critérios de gestão da floresta capazes de conviver com espécies como o eucalipto, sem agravar o risco e as consequências dos incêndios florestais, e o facto de não ficar provada a rentabilidade de certas espécies conhecidas como mais resistentes ao fogo (mas não à prova de fogo).
- A necessidade de uma maior preparação técnica e científica dos operacionais e de todo o pessoal dos Agentes de Proteção Civil e demais organismos e entidades ligadas ao socorro, visando avaliações e respostas mais eficazes, bem como planeamentos mais adequados. Não apostar tudo no combate e prestar mais atenção à preparação e à recuperação da normalidade.
- A necessidade de se estruturarem e se valorizarem as carreiras profissionais no setor da Proteção Civil em todos os níveis e organismos. Também a necessidade de se pensar o Socorro em Portugal como uma atividade cada vez mais profissionalizada e “funcionalizada” e, conseqüentemente, com maior identidade, disponibilidade e dedicação, mais conhecedora e informada, mas também mais diretamente responsabilizável.
- A necessidade de acautelarem o provimento de lugares com técnicos habilitados de reais competências para a função, rompendo-se com um tradicional “clientelismo” que ainda é marca de muitos subsectores da Proteção Civil. Limitar a mínimos as “nomeações” que hoje proliferam em muitos níveis, por serem adversárias de uma estabilidade profissional que é fundamental para se alcançarem níveis de desempenho de excelência e se acumularem saberes e experiência para o exercício de funções nas organizações.
- A necessidade de se promover a avaliação de instituições, processos e pessoas em todos níveis da proteção civil, com métricas que valorizem os melhores e determinem, no limite, a exclusão dos incompetentes. Paralelamente, adotar um sistema de garantia de qualidade para as organizações, incluindo Bombeiros a própria ANPC, e definir critérios de auditoria que o afira em contínuo.
- A constatação de que certos responsáveis, incluindo muitos autarcas, não são conhecedores das suas próprias responsabilidades e obrigações, e muito menos reúnem competências para as exercer. Nessa circunstância, alguns também não têm o bom senso de saber apoiar as suas decisões no conhecimento de outros, nomeadamente das populações residentes, continuando a preferir, alguns, atuações “vistas” em termos comunicacionais.

- A consequência de que todos os responsáveis políticos autárquicos devem receber formação adequada ao elevado nível das suas responsabilidades em matéria de proteção civil, antes de as exercerem.
- A constatação das fragilidades das estruturas municipais e a necessidade de melhorar o funcionamento dos Gabinetes Técnicos Florestais e de dotar todos os municípios de um Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.
- A necessidade de se apostar numa cultura e em práticas de segurança desde as tenras idades, com discriminação positiva para as regiões e populações mais expostas ao risco de incêndio florestal, dotando-as de conhecimento e meios de auto-organização e de auto-proteção que lhes permitam defender-se em cenários extremos como os vividos no último ano.
- A necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a natureza e as consequências dos fenómenos meteorológicos extremos e de desenvolver instrumentos de previsão, numa escala local, do risco de incêndio e do comportamento do fogo em situações extremas, incorporando-os nomeadamente no teatro de operações.
- O papel esperado das escolas superiores e centros de investigação nacionais para esse fim, acompanhado pela disponibilidade de todos os agentes para com elas cooperar e com elas também aprender, incorporando novos conhecimentos e técnicas mais profundamente nos seus processos.
- A urgência de parar para pensar. A urgência de se refletir sobre a organização do Sistema Nacional de Proteção Civil, a forma como atua e a sua capacidade de dar resposta efetiva a desafios extremos (de que os incêndios florestais são só o exemplo mais imediato, mas que não se esgotam aí). A necessidade de chamar todos para este desígnio nacional, com o objetivo de fundamentar melhor a tomada de decisões futuras, seja dentro das instituições ou mesmo na esfera individual, seja, sobretudo, naquelas que compete ao poder político adotar.
- A necessidade de garantir o funcionamento orgânico, solidário e de identidade única entre os vários agentes de proteção civil perante a problemática dos incêndios florestais, capacitando-os também de instrumentos, informação, participação e conhecimentos para que possam, eles próprios, ser agentes ativos e interessados nas mudanças que, em matéria de melhoria de todo o sistema e seus processos, urge implementar no curto e médio prazo.

NOTA FINAL E AGRADECIMENTO

Não isento de opiniões pessoais dos autores, este documento foi elaborado com base na análise das comunicações produzidas pelos vários intervenientes, desde oradores ao público presente, recolhendo também perspetivas que foram solicitadas após a conferência, assim como na posterior reflexão que se fez sobre

todos os elementos recolhidos. O seu objetivo fundamental é o de deixar registo de uma reunião técnica e científica que procurou dar uma contribuição para a melhor compreensão dos incêndios florestais de 2017 e da correspondente resposta do Sistema de Proteção Civil, deixando uma visão mais precisa sobre acontecimentos marcantes da história do Socorro em Portugal.

Com as conclusões apresentadas, procura-se também deixar elementos de reflexão crítica sobre o que poderão ser alguns dos grandes desafios para os próximos anos, bem como dar perspetivas para a construção de um Futuro melhor em matéria de prevenção e combate de incêndios florestais e para o próprio aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Proteção Civil na sua capacidade de se (re)organizar e na sua função primária de *“prevenir riscos colectivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorreram”*.

A todos os que contribuíram para isso se agradece, contando que tenha valido a pena e que não se tenha desvirtuado nada daquilo que cada um quis expressar livremente.

Universidade Lusófona do Porto, 24 de maio de 2018.